

# 13 O PROCESSO ELETRÔNICO E SEUS REFLEXOS NA CELERIDADE PROCESSUAL

Samuelson Wagner de Araújo e Silva<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas várias alterações na legislação processual na tentativa de eliminar um problema crônico e comprometedor da credibilidade do Judiciário. Trata-se da morosidade processual e dos seus efeitos adversos à sociedade brasileira.

Na esteira dessas reformas normativas, elevou-se ao patamar constitucional o direito à celeridade do processo, e, paralelamente, buscaram-se mecanismos concretos de efetivação da norma magna. É nesse contexto que surge a lei 11.419/06, ensejando a abertura das portas do Judiciário para o século XXI. Com ela, termos como *on-line*, assinatura eletrônica, assinatura digital, certificados digitais e Internet entraram definitivamente para o léxico jurídico brasileiro e, mais que isso, passaram a ser o instrumento de trabalho cotidiano de inúmeros profissionais dessa área.

Esse trabalho propõe-se a demonstrar como o processo eletrônico tem provocado uma revolução no Judiciário brasileiro ao atacar inimigos seculares contra os quais grandes esforços têm sido empreendidos. Nessa batalha, ganha o país e seus cidadãos, que passam a ter maior transparência e celeridade na prestação jurisdicional, bem como mais oportunidades de acesso à justiça.

## 2 PANORAMA PROCESSUAL DO BRASIL

### 2.1 O MODELO ATUAL E A MOROSIDADE

Segundo um estudo<sup>2</sup> produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada no ano de

---

1 Analista Judiciário (Tecnologia da Informação) e Coordenador Substituto do SUAP do TRT da 13ª Região. Acadêmico de Direito da UFPB. E-mail: swsilva@trt13.jus.br.

2 Cf. GARCIA, Sérgio Renato Tejada. *Processo virtual: uma solução revolucionária para a morosidade*. Disponível

2003, a ineficiência da Justiça é responsável pela redução em 25% da taxa de crescimento de longo prazo do país, impedindo o aumento da produção anual em 14% e o crescimento nacional em mais de 0,8% ao ano. Ainda de acordo com a pesquisa, não fossem os fatores que emperram a Justiça, a taxa de desemprego cairia quase 9,5%, e os investimentos aumentariam em 10,4%.

Esse é o tamanho do custo do Judiciário para o país, com reflexos sociais nefastos, responsáveis por solapar a confiança dos jurisdicionados, afugentar empresas estrangeiras e retrair o mercado, provocando taxas elevadas na composição do *spread* bancário<sup>3</sup> e afetando consideravelmente toda a economia.

O diagnóstico *Justiça em Números 2006*, produzido pelo Conselho Nacional de Justiça, também aproxima a lente sobre o funcionamento do Judiciário, constatando uma intensa movimentação processual e aferindo que, apenas naquele ano, cerca de 20 milhões de novas ações foram distribuídas na Justiça Brasileira, a qual já apresenta um alto índice de congestionamento<sup>4</sup>, com cerca de 67 milhões de processos esperando julgamento<sup>5</sup>.

Todos esses dados demonstram a explosão de litigiosidade pela qual passa o país, de modo que esse aumento tão expressivo dificulta a prestação jurisdicional com qualidade e eficiência, sendo uníssona, entre os jurisdicionados, a reclamação contra a morosidade da justiça brasileira<sup>6</sup>.

Bielsa e Graña<sup>7</sup> apontam que, quanto mais um julgamento demora a ser proferido, mais vai perdendo, paulatinamente, seu sentido reparador, até que, transcorrido tempo razoável para a resolução do conflito, qualquer solução será inexoravelmente injusta, por mais justo que seja o seu conteúdo. Também o ilustre Rui Barbosa<sup>8</sup>, há quase um século, já advertia em sua *Oração aos Moços* que "justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta".

Com efeito. O fator tempo no processo está intrinsecamente ligado à efetividade da prestação jurisdicional, tornando-se elemento fundamental na concretização dos direitos, em

---

em <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50:processo-virtual-uma-solu-revoluciona-para-a-morosidade&catid=74:artigos&Itemid=129](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50:processo-virtual-uma-solu-revoluciona-para-a-morosidade&catid=74:artigos&Itemid=129)>. Acessado em: 24/11/2009

3 Cf. BACEN. *Juros e Spread Bancário. Série Perguntas mais freqüentes*. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ01-Juros%20e%20Spread%20Banc%C3%A1rio.pdf>>. Acessado em : 24/11/2009

4 Segundo o estudo, há um crescimento de 80% ao ano no número de processos da Justiça Estadual, 76% na Justiça Federal e 50% na Justiça do Trabalho. Cf. FERRAZ, Leslie. *A demora do Judiciário e o Custo Brasil*. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, IBDP, n. 18, 2009. Disponível em <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-18-JUNHO-2009-LESLIE-FERRAZ.pdf>>. Acessado em: 24/11/2009

5 CNJ. *Poder Judiciário nacional terá que cumprir 10 metas até o final do ano*. Disponível em <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6601:poder-judiciario-nacional-tera-que-cumprir-10-metas-ate-o-final-do-ano&catid=1:notas&Itemid=169](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6601:poder-judiciario-nacional-tera-que-cumprir-10-metas-ate-o-final-do-ano&catid=1:notas&Itemid=169)>. Acessado em: 24/11/2009

6 *Idem, Ibidem*.

7 BIELSA, Rafael A. GRAÑA, Eduardo R. *El tiempo y el proceso*. Disponível em <<http://www.argenjus.org.ar/argenjus/articulos/granabielsa.pdf>>. Acessado em: 10/11/2009.

8 BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1999, p. 40.

intonia com a terceira onda de acesso à justiça defendida por Cappelletti<sup>9</sup>. A simples garantia formal do dever do Estado de prestação judiciária não é suficiente, devendo haver meios que viabilizem uma tutela jurídica rápida, efetiva e adequada.

De acordo com Samuel Miranda Arruda, podemos distribuir as causas da morosidade processual entre questões relacionadas à *imperfeição do ordenamento jurídico*, entre os problemas de *complexidade de um determinado processo* ou relativos à *conduta das partes* envolvidas e entre os fatores que tratam da *estrutura do sistema judicial* e do *excesso de processos*<sup>10</sup>.

Nesse mesmo diapasão, aponta Cruz e Tucci, em sua obra *Tempo e Processo*, que os fatores geradores da morosidade processual são três, a saber: fatores *institucionais*, fatores de *ordem técnica e subjetiva* e fatores *derivados da insuficiência material*<sup>11</sup>.

Os *fatores institucionais* (ou relacionados à imperfeição do ordenamento jurídico, segundo Arruda) têm origem na mentalidade “conservadora, mesquinha e extremamente personalista” predominante entre os políticos brasileiros, o que dificulta consideravelmente o aperfeiçoamento da lei processual e, conseqüentemente, o desenvolvimento da máquina judiciária. Os *fatores de ordem técnica (ou relativos à complexidade do processo)* derivam do desprestígio da sentença de primeiro grau e da larga recorribilidade permitida no sistema recursal brasileiro. Os *fatores de ordem subjetiva*, por sua vez, residem no despreparo técnico e intelectual dos magistrados, no descumprimento dos prazos impróprios e no desprezo ao papel social que desempenham. E, finalmente, temos os *fatores decorrentes da insuficiência material (ou concernentes à estrutura do sistema e ao excesso de processos)*, que se originam na precariedade das instalações do Judiciário e nas difíceis condições de trabalho dos seus servidores<sup>12</sup>.

Outros problemas poderiam ser citados, como o excesso de formalismo, a inflação legislativa<sup>13</sup>, a profusão de demandas no Judiciário em razão do despertar do povo para seus direitos após a redemocratização, a positivação de direitos e garantias fundamentais<sup>14</sup>, entre outros fatores, mas, em qualquer caso, estariam todos, de certa forma, contidos nas classificações

9 CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 2002, p. 71. São três as ondas renovatórias. A primeira enfoca a assistência judiciária gratuita, especialmente destinada aos pobres. A segunda ressalta a proteção dos interesses difusos. A terceira propugna por amplas reformas nos procedimentos, nos atores tradicionais do processo, etc., visando à efetividade da tutela jurisdicional.

10 ARRUDA, Samuel Miranda. *Direito fundamental à razoável duração do processo*. Brasília: Brasília Jurídica, 2006, p. 273 *apud* Ribas, Emanuela Catafesta. *A súmula impeditiva de recursos à luz dos princípios constitucionais*. 178f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciência Jurídicas, UFPR, 2008, p. 16.

11 CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Tempo e Processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)*. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1997, p. 99 *apud* Idem, *Ibidem*, p. 15.

12 Idem. *Ibidem*, p. 100 *et seq* *apud* Idem, *Ibidem*, p. 16.

13 Cf. CRUZ JUNIOR, Jeziel Rodrigues. *As causas da morosidade judicial*. Disponível em <[http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof/14\\_Artigo%20prof%20Jeziel.pdf](http://direito.newtonpaiva.br/revistadireito/docs/prof/14_Artigo%20prof%20Jeziel.pdf)>. Acessado em: 24/11/2009

14 Cf. MACIEL, Adhemar Ferreira. *Considerações sobre as causas do emperramento do Judiciário*. BDJur, Brasília, DF, 01/10/2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/24688>>. Acessado em: 24/11/2009

anteriores.

Dentre todas as questões abordadas, as que mais interessam ao nosso estudo são as apontadas por Cruz e Tucci como *decorrentes da insuficiência material*, ou, nas palavras de Arruda, *concernentes à estrutura do sistema*, uma vez que procuramos mostrar como a automação do processo e a inserção de mais inteligência e eficiência em sua manipulação - por meio de recursos de tecnologia da informação previstos na lei 11.419/06 - poderão agilizar consideravelmente a tramitação processual, eliminando o seu tempo neutro, e direcionando os recursos humanos para tarefas mais nobres e intelectualmente mais relevantes à resolução dos conflitos judiciais.

Apesar do seu caráter revolucionário<sup>15</sup>, claro está que essa é apenas uma parte, considerável, da solução para o decantado problema da morosidade processual, o qual somente poderá ser definitivamente resolvido se também for acompanhado por respostas às demais questões já apresentadas, entre outras, especialmente as que vislumbram a racionalização do sistema recursal, o constante aperfeiçoamento de juízes e servidores, a gestão moderna e eficiente do judiciário e os mecanismos alternativos de solução de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

## 2.2 MOVIMENTOS EM BUSCA DA CELERIDADE PROCESSUAL E DA EFETIVIDADE DA JUSTIÇA

Ao longo dos últimos anos, o Direito Processual Civil brasileiro tem passado por inúmeras transformações, a fim de resolver um problema crônico. Trata-se da odiosa morosidade processual, protagonista entre as causas que comprometem a credibilidade do judiciário em relação à sua capacidade de fornecer uma resposta eficaz às demandas que se lhe apresentam.

Com essas questões em mente, diversos estudiosos têm analisado esse tema complexo, e numerosas reformas processuais foram e continuam sendo implementadas numa permanente modernização do acesso à justiça, com vistas ao aumento da agilidade e da efetividade das decisões. Essas modificações, já rotineiras, aceleraram-se a partir dos anos 90, quando houve a primeira onda reformista no processo, e prosseguiram na década seguinte, com a segunda e terceira etapas da reforma.

A terceira e atual onda reformista tem sido capitaneada pelas diretrizes apontadas pela EC 45/04, conhecida como “Reforma do Judiciário”, que inseriu expressamente no art.5º da CF a garantia fundamental à razoável duração do processo, nos âmbitos judicial e administrativo, e aos

---

15 Cf. GARCIA, Sérgio Renato Tejada. *Op. Cit.*

meios que garantam a celeridade de sua tramitação <sup>16</sup>.

Desse caldeirão de modificações legislativas, é perceptível o surgimento de um maior compromisso no que toca à instrumentalidade do processo, buscando-se superar barreiras econômicas e jurídicas antepostas ao livre e célere acesso à justiça.

É o que observamos, por exemplo, com a incorporação de recursos tecnológicos ao processo à medida que se tornavam comuns à sociedade. Dessa forma, surgem inúmeras normas, dentre as quais destacam-se a Lei 9.800/99 (Lei do Fax), que permitiu às partes o uso de aparelhos de fac-símile para a prática de atos processuais dependentes de petição escrita, com posterior entrega dos originais; a Lei 10.259/01, que, ao instituir os Juizados Especiais Federais, possibilitou o trâmite de processos totalmente eletrônicos nesse ramo especializado Justiça; a Medida Provisória 2.200/01, ainda em vigor, e que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras<sup>17</sup> – ICP-Brasil, a fim de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica por meio do uso de certificados digitais<sup>18</sup>, legalizando-se dessa forma a assinatura digital<sup>19</sup> no país; a Lei 11.382/06, que modifica o processo de execução civil para incorporar os institutos da penhora *on-line* e do leilão *on-line*; e, finalmente, a Lei 11.419/06 (Lei do Processo Eletrônico), que dispõe sobre a informatização do processo judicial, tornando-se o marco regulatório brasileiro no uso de meios eletrônicos na tramitação de processos, na comunicação de atos e transmissão de peças em todos os graus de jurisdição, nos processos civil, penal e trabalhista (art. 1º)<sup>20</sup>.

Grande “aposta” do Judiciário para auxiliar na redução da morosidade e dos custos processuais, o Processo Eletrônico, apesar de recente, já desperta ardorosos defensores e contundentes detratores<sup>21</sup>. Estes últimos, geralmente, oferecem argumentos conservadores,

16 RIBAS, Emanuela Catafesta. *Op. Cit.*, p. 33.

17 “É um conjunto de técnicas, arquitetura, organização, práticas e procedimentos, implementados pelas organizações governamentais e privadas brasileiras que suportam, em conjunto, a implementação e a operação de um sistema de certificação. Tem como objetivo estabelecer os fundamentos técnicos e metodológicos de uma sistema de certificação digital”. ICP-Brasil. Glossário ICP-Brasil. Versão 1.2. 2007. Disponível em <[http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/Legislacao/Glossario\\_ICP-Brasil\\_-\\_Versao\\_1.2.pdf](http://www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/Legislacao/Glossario_ICP-Brasil_-_Versao_1.2.pdf)>. Acessado em 27/11/2009.

18 “É um conjunto de dados de computador, gerados por uma Autoridade Certificadora que se destina a registrar, de forma única, exclusiva e intransferível, a relação existente entre uma chave de criptografia e uma pessoa física, jurídica, máquina ou aplicação”. *Idem. Ibidem*.

19 Código anexado ou logicamente associado a uma mensagem eletrônica que permite a comprovação de autoria, atestando que a pessoa criou ou concorda com um documento assinado digitalmente, como a assinatura de próprio punho comprova a autoria de um documento escrito. *Idem, Ibidem*.

20 REINALDO FILHO, Demócrito. *A informatização do processo judicial. Da Lei do Fax à Lei nº 11.419/06: uma breve retrospectiva legislativa*. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1295, 17 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9399>>. Acesso em: 15/11/2009.

21 Cf. Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) N.º 3880 proposta pela OAB em desfavor de vários artigos da Lei 11.419/06. Outras críticas acerca do processo eletrônico, Cf. Oliveira, Alexandre Vidigal. Processo virtual e

corporativistas ou desconectados com as facilidades, benefícios e avanços que a tecnologia proporciona, desconsiderando os avanços a que já chegamos, refletidos, como veremos, numa prestação jurisdicional mais célere, transparente e econômica.

### 2.3 O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO. LEI 11.419/06.

A Lei 11.419/06 tem um espectro de ampla incidência no Judiciário, uma vez que se aplica indistintamente aos processos civil, penal e trabalhista, assim como aos juizados especiais em todos os graus de jurisdição (art. 1º). Embora não mencionadas no texto legal, é possível incluir neste rol as justiças militar e eleitoral, mediante interpretação teleológica e sistemática, e ainda em virtude da aplicação subsidiária da processualística civil e penal a esses ramos do judiciário.

De maneira inovadora, o diploma legal reconhece expressamente o meio eletrônico como hábil a realizar a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, permitindo-se assim que toda manipulação do processo seja feita de maneira totalmente eletrônica.

Regulando a identificação inequívoca dos signatários dos documentos, facultou o legislador duas formas de assinatura eletrônica: uma baseada em certificado digital e outra mediante cadastro de usuário nos órgãos do Judiciário, sendo obrigatório o credenciamento prévio em tais órgãos por meio de procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado (Art. 2º).

No que concerne aos prazos, uma novidade da lei é considerar tempestivos os atos processuais praticados até as 24 horas do seu último dia, tendo-os como realizados, por meio eletrônico, no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário (art. 3º), o que transforma a prestação jurisdicional num serviço verdadeiramente ininterrupto, ampliando sobremaneira o acesso à justiça.

Permitiu também o legislador que a comunicação dos atos processuais fosse realizada em Diário da Justiça eletrônico administrado pelos próprios Tribunais (art. 4º), substituindo-se qualquer outra forma, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação pessoal. Do mesmo modo, passou a ser possível a intimações eletrônica realizada por meio de um portal próprio (sítio na Internet), dispensando-se a publicação no órgão oficial e considerando-se pessoais para todos os efeitos legais (art. 5º). Dessa forma, haverá dois sistemas de comunicação: O Diário Eletrônico, para os não

---

morosidade real. Revista Online. IBRAJUS. Disponível em <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=57>>. Acessado em: 25/11/2009.

credenciados, e o portal, para os previamente cadastrados. As citações, por seu turno, poderão ser feitas eletronicamente desde que a íntegra dos autos seja acessível ao citando pela Internet (Art. 6º)

Relativamente ao procedimento, permitiu o legislador que todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, sejam feitas eletronicamente (Art. 9º), considerando-se vista pessoal as que possibilitem acesso completo à íntegra dos autos pela Internet. A distribuição de petições, por seu turno, poderá ser feita diretamente pelo advogado no portal eletrônico, sem intervenção do cartório ou secretaria, até as 24 horas do último dia do prazo (art. 10), que será prorrogada até o primeiro dia útil seguinte em caso de indisponibilidade do sistema.

Outra vantagem trazida pela Lei do Processo Eletrônico é considerar originais, para todos os efeitos legais, os documentos produzidos digitalmente e juntados ao processo mediante assinatura eletrônica. Da mesma forma, tratar-se-ão os documentos digitalizados, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração, quando será possível a arguição de falsidade do documento original, segundo as regras da legislação processual em vigor (Art. 11), recomendando a lei que tais originais sejam preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.

Como não poderia deixar de ser, o legislador também se preocupou com as partes que por qualquer motivo enfrentem dificuldades na operação do sistema e, para não obstruir seu acesso à justiça, determinou que os órgãos do Poder Judiciário mantivessem equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição e consulta de peças processuais.

## 2.4 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: uma realidade

Da sanção da Lei 11.419 até o presente, alguns órgãos do Judiciário passaram a concentrar seus esforços no desenvolvimento de sistemas informáticos capazes de implementar o desejado processo eletrônico. Na maioria, houve apenas a informatização de atos isolados, como a Publicação Eletrônica do Diário de Justiça e o envio de petições pela Internet. Em outros, contudo, já é possível ter a experiência de ver um processo ‘nascer’ e ‘morrer’ eletrônico, ou seja, acompanhá-lo da petição inicial eletrônica até o seu arquivamento digital.

Nesta seção, passaremos a analisar, de modo sucinto, alguns sistemas de destaque nacional no âmbito das Justiças Estadual, Federal e Trabalhista, a fim de verificar os resultados alcançados e as impressões obtidas.

### 2.4.1 e-Proc / Creta

Uma das soluções pioneiras em processo eletrônico no país, o Sistema de Processamento Eletrônico de Ações da Justiça Federal (e-Proc) inovou na seara jurídica ao permitir o manejo de todos os atos processuais em meio digital, da petição inicial à sentença. Instalado inicialmente em julho de 2003 em alguns Juizados Especiais do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sob os auspícios da Lei 10.259/01, logo se expandiu para os demais, de modo que, desde 2007, todos os JEFs daquela Região utilizam o processo eletrônico<sup>22</sup>.

Essa versão inicial, voltada apenas aos Juizados Especiais, serviu de base para o desenvolvimento de um sistema mais amplo, com novas tecnologias e alterações necessárias à sua adoção nas varas comuns, especializadas ou não. Em funcionamento desde novembro de 2009 em apenas alguns locais, o novo e-Proc será gradualmente implantado em todas as unidades da JF de primeiro e segundo graus da Região Sul<sup>23</sup>.

Como é característica dos processos eletrônicos, o e-Proc agilizou os andamentos das ações, aumentou a transparência e reduziu o uso do papel, contribuindo com a preservação do meio ambiente. De 2006 até agora, ajudou a economizar mais de R\$ 40 milhões em insumos administrativos, tais como papel, carimbo, grampos, etc., alcançando um tempo médio de 37 dias para a tramitação dos processos no JEFs da 5ª Região, em comparação aos 790 registrados na justiça comum<sup>24</sup>.

Outro importante sistema de processamento eletrônico de ações judiciais é o Creta. Produzido pela Justiça Federal da 5ª Região para os seus JEFs e implantado inicialmente em 2004, está presente em todos os Juizados Especiais da Região Nordeste desde 2005, e economizou até agora cerca de R\$ 10.5 milhões com a eliminação de insumos de escritório, dos mais de 700 mil processos eletrônicos distribuídos, bem como facilitou o trabalho dos servidores, dispensando-os de atividades burocráticas, como juntar petições, carimbar e numerar feitos. Ganhador de inúmeros prêmios, foi escolhido recentemente pelo CNJ como modelo para o desenvolvimento da segunda geração de processo eletrônico<sup>25</sup>. Segundo o ministro Gilmar Mendes, o Judiciário só tem conseguido dar resposta à avalanche de processos graças à informatização, por essa razão a

---

22 Cf. TRF 4ª Região. Projeto do TRF4 desenvolve processo judicial eletrônico. Disponível em <[http://www.trf4.jus.br/trf4/noticias/noticia\\_detalhes.php?id=6273](http://www.trf4.jus.br/trf4/noticias/noticia_detalhes.php?id=6273)>. Acessado em: 25/11/2009.

23 Cf. TRF 4ª Região. Rio Grande (RS) será primeiro município do Brasil a receber processo eletrônico da JF. Disponível em <[http://www.trf4.jus.br/trf4/noticias/noticia\\_detalhes.php?id=6366](http://www.trf4.jus.br/trf4/noticias/noticia_detalhes.php?id=6366)>. Acessado em : 25/11/2009.

24 Cf. GARCIA, Sérgio Renato Tejada E-Proc – Sistema de Processo Eletrônico. Disponível em <[http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis\\_prog\\_cursos/jef\\_eproc.ppt](http://www.trf4.jus.br/trf4/upload/arquivos/emagis_prog_cursos/jef_eproc.ppt)>. Acessado em: 26/11/2009.

25 Cf. CNJ desenvolverá segunda geração de processo eletrônico. Disponível em <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8612&Itemid=675](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8612&Itemid=675)>. Acessado em: 26/07/2009



necessidade de se aperfeiçoar o processo eletrônico continuamente<sup>26</sup>.

### 2.4.2 Projudi

O Projudi<sup>27</sup> (Processo Judicial Digital) é um sistema de tramitação de processos mantido pelo CNJ em franca expansão pelo Judiciário Estadual, de 1º e 2º graus, e presente em 19 unidades da Federação. Criado com a finalidade de reduzir o tempo e o custo das ações, eliminando a burocracia e aumentando a transparência sobre o seu trâmite, já vem obtendo êxito nesses desígnios. Segundo estatísticas do Tribunal de Justiça de Roraima, um dos pioneiros em sua implantação, processos que antes levavam cerca de 160 dias para serem concluídos, passaram a 45 após a implantação do *software*. Além da vantagem temporal, como sói acontecer, também trouxe benefícios financeiros, com a economia de material de expediente em 60% (de R\$ 20 mil para \$8 mil), e ambientais, evitando-se o uso de cerca de uma tonelada de papel, 100 mil litros d'água e cinco mil quilowatts de energia<sup>28</sup>.

### 2.4.3 Suap

O Sistema Unificado de Administração de Processos do TRT da 13ª Região foi a solução pioneira em processo eletrônico da Justiça do Trabalho.

Instalada a primeira Vara totalmente eletrônica em maio de 2008, na cidade de Santa Rita, na Paraíba, os benefícios característicos do processo eletrônico puderam ser sentidos de imediato. O balanço de um ano de funcionamento revelou que a principal vantagem em sua adoção foi a agilidade, havendo uma redução de 48 para 12 dias nos prazos médios de tramitação, da entrada da petição inicial até a audiência. O prazo de conclusão para despacho, p. ex., caiu para 24 horas, em contraste com a demora anterior de três a cinco dias. Do despacho até o cumprimento, levava-se de dois a quatro dias, agora isso é feito de 24 a 48 horas<sup>29</sup>.

Além da redução de prazos, outra vantagem foi a diminuição de gastos. Houve um decréscimo significativo no uso de papel, de 10 resmas para quase duas mensalmente, uma vez que

---

26 *Passim*.

27 Cf. CNJ. Sistema CNJ – Projudi. Disponível em <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7645&Itemid=50](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7645&Itemid=50)>. Acessado em: 26/11/2009.

28 Cf. CNJ. Números comprovam eficiência do Projudi em Roraima. Disponível em <[http://monoceros.cnj.gov.br/portalcnj/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3848:nos-comprovam-eficiencia-do-projudi-em-roraima&catid=1:notas&Itemid=169](http://monoceros.cnj.gov.br/portalcnj/index.php?option=com_content&view=article&id=3848:nos-comprovam-eficiencia-do-projudi-em-roraima&catid=1:notas&Itemid=169)> Acessado em: 26/11/2009

29 Cf. TRT 13ª Região. Vara Eletrônica completa um ano e prazo de julgamento cai para 12 dias. Disponível em <<http://www.trt13.jus.br/engine/interna.php?pag=exibeNoticia&codNot=1429>>. Acessado em: 26/11/2009

ainda é necessário o envio da primeira intimação ao reclamado e alvarás e ofícios às instituições. Os *toners*, que duravam até 45 dias, hoje ultrapassam os seis meses. Outra economia considerável foi com os Correios e Telégrafos, que consumiam entre R\$ 1.800,00 a 2.200,00 com correspondências e intimações. Atualmente, esse valor chega , no máximo a R\$ 900,00<sup>30</sup>.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, tratamos do problema crônico da morosidade processual e do seus efeitos nefastos à sociedade brasileira. Vimos que as reformas instituídas pelo legislador terminaram por alçar a celeridade do processo ao patamar constitucional. Paralelamente, foram sendo incorporados mecanismos tecnológicos ao processo com o intuito de efetivar a norma magna, culminado com a elaboração da Lei 11.419/06.

Após o desenvolvimento de alguns sistemas de processo eletrônico, resultados expressivos foram obtidos, não deixando margem para contestação dos benefícios alcançados. A adoção do processo eletrônico tem ajudado o Judiciário a vencer uma batalha contra um inimigo secular, permitindo-lhe reverter o quadro de críticas em que se encontra e se transformar num modelo de eficiência para a administração pública e até para o setor privado.

A revolução tecnológica no processo reduziu seus prazos, cortou seus custos, aumentou a transparência, ampliou o acesso a justiça e melhorou a prestação jurisdicional na medida em que recolocou em seu devido lugar o homem, proporcionando-lhe o exercício de atividades puramente intelectuais e relegando as ações estritamente mecânicas à máquina.

Contudo, não podemos incumbir exclusivamente à tecnologia a extinção da morosidade, pois o processo eletrônico, como bem assevera o Juiz Trabalhista Ubiratan Delgado, “não vai mudar a forma de julgamento dos processos, vai mudar radicalmente a sua tramitação”<sup>31</sup>. A informatização poderá eliminar 70% da lentidão na marcha processual, automatizando atos burocráticos. Os outros 30% dependerão da postura dos Juízes e servidores, em diligentemente atuar no processo, aperfeiçoando-se sempre e buscando eficaz e agilmente a solução para os litígios. Dependerá dos legisladores, que devem continuar as reformas e aprimorar o funcionamento do Judiciário. Dependerá também das partes e advogados, que não devem apenas imputar à Justiça a culpa pelos males no processo, mas analisar sua conduta e corrigir sua postura, agindo sempre com boa fé no

30 Cf. TRT 13ª Região. Processo Eletrônico já demonstra rapidez e economia para o TRT. Disponível em <<http://www.trt13.jus.br/engine/interna.php?tit=Not%EDcias&pag=exibeNoticia&codNot=1480>> . Acessado em: 26/11/2009.

31 TRT 13ª Região. *Vara do Trabalho de Santa Rita já recebe processos eletrônicos*. Disponível em <<http://www.trt13.jus.br/engine/interna.php?pag=exibeNoticia&codNot=974>>. Acessado em 27/11/2009.

trato processual.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. Processo eletrônico e teoria geral do processo eletrônico. A informatização judicial no Brasil. RJ: Forense, 2008.

ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos de, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel, Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 2007.

ARRUDA, Samuel Miranda. Direito fundamental à razoável duração do processo. Brasília: Brasília Jurídica, 2006, apud RIBAS, Emanuela Catafesta. A súmula impeditiva de recursos à luz dos princípios constitucionais. 178f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciência Jurídicas, UFPR, 2008.

BARBOSA, Rui. Oração aos Moços. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1999.

BIELSA, Rafael A. GRAÑA, Eduardo R. El tiempo y el proceso. Disponível em <<http://www.argenjus.org.ar/argenjus/articulos/granabielsa.pdf>>. Acessado em: 10/11/2009.

BRASIL. Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm)>. Acesso: 18/11/2009.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 2002.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Tempo e Processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal). Revista dos Tribunais. São Paulo, 1997, p. 99 apud RIBAS, Emanuela Catafesta. A súmula impeditiva de recursos à luz dos princípios constitucionais. 178f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Setor de Ciência Jurídicas, UFPR, 2008.

FERRAZ, Leslie. A demora do Judiciário e o Custo Brasil. Revista Eletrônica sobre a Reforma do

Estado (RERE), Salvador, IBDP, n. 18, 2009. Disponível em <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-18-JUNHO-2009-LESLIE-FERRAZ.pdf>>. Acessado em: 24/11/2009.

GARCIA, Sérgio Renato Tejada. Processo virtual: uma solução revolucionária para a morosidade. Disponível em <[http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50:processo-virtual-uma-solu-revoluciona-para-a-morosidade&catid=74:artigos&Itemid=129](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50:processo-virtual-uma-solu-revoluciona-para-a-morosidade&catid=74:artigos&Itemid=129)>. Acessado em: 24/11/2009.

MACIEL, Adhemar Ferreira. Considerações sobre as causas do emperramento do Judiciário. BDJur, Brasília, DF, 01/10/2009. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/24688>>. Acessado em: 24/11/2009

OLIVEIRA, Alexandre Vidigal. Processo virtual e morosidade real. Revista Online. IBRAJUS. Disponível em <<http://www.ibrajus.org.br/revista/artigo.asp?idArtigo=57>>. Acessado em: 25/11/2009

REINALDO FILHO, Demócrito. A informatização do processo judicial. Da Lei do Fax à Lei nº 11.419/06: uma breve retrospectiva legislativa. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1295, 17 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9399>>. Acesso em: 15/11/2009.